

Governo quer novos créditos para pagar juros da dívida

BRASÍLIA — O governo brasileiro estuda alternativas para a redução da remessa de recursos para pagamento dos juros da dívida externa ainda neste ano, como exigem vários líderes do Congresso Nacional. Segundo o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, essa redução envolve a liberação de dinheiro novo pelos credores externos, para que o Brasil consiga manter seus pagamentos em dia. "Os desembolsos devem se dar o mais rápido possível para não haver problemas de atraso", afirmou.

O Brasil esperá a liberação de US\$ 500 milhões do Banco Mundial (Bird) para projeto no setor elétrico dentro de um prazo de um a dois meses, de acordo com Amaral, para também viabilizar o desembolso de US\$ 600 milhões pelos bancos credores. É que o acordo da dívida externa fechado com os bancos no ano passado vincula a liberação dessas duas parcelas — de US\$ 600 milhões cada — ao repasse de recursos do Banco Mundial. Até agora, o Bird não aprovou o projeto, em função da incorporação da Nuclebrás pela Eletrobrás — o Banco não financia projetos nucleares — e dos problemas de devastação ecológica na Amazônia. O secretário acredita que esses problemas estão em

fase de solução e que em um ou dois meses o projeto para o setor elétrico deverá estar aprovado.

A redução da remessa de divisas para o pagamento de juros não deverá se limitar apenas ao recebimento desses recursos já acertados, e poderá incluir tanto o aumento nos desembolsos dos credores como uma diminuição no estoque da dívida. "Temos diversas alternativas e ainda não fechamos qualquer uma delas", garante Sérgio Amaral, que afirma ter sido estabelecido ainda um teto para as remessas do Brasil em 1989. Segundo o secretário, o financiamento de recursos solicitado ao governo americano — um empréstimo-ponte de US\$ 5 bilhões — não é fator fundamental na redução da remessa de divisas. "Os recursos ficariam como uma reserva", explica.

Apesar das dificuldades que o Brasil teve em pagar os juros que venceram em janeiro — US\$ 530 milhões, saldados com dez dias de atraso — Sérgio Amaral garante que os compromissos de fevereiro serão pagos em dia. Somente o atraso na liberação dos recursos do Bird e dos bancos credores poderá forçar o Brasil a não manter-se em dia, de acordo com o secretário. Nesse caso, poderia ser necessária uma suspensão negociada dos desembolsos, como na Argentina, conclui.